



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 14/2020

1. COMPROMISSÁRIO CELEBRANTE

Nome/Razão Social: SEBASTIÃO CRISPIM DOS SANTOS
CPF: 465. [REDACTED]
Endereço: Fazenda [REDACTED]
Município: Major Isidoro/AL
Procurador: Roberto Rivellino Lourenço Gomes
CPF: 050. [REDACTED]

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS
CNPJ: 12.958.179/0001-73
Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL
Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes
CPF: 051.912.644-01
Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

Auto de infração: Série "A" Talão 000161 Folha 007971
Data da lavratura: 07/08/2019
Data do pedido de Suspensão: 06/02/2020
Valor original do Auto: R\$ 20.000,00
Valor com exigibilidade suspensa: R\$ 14.000,00

Auto de infração: Série "A" Talão 000161 Folha 007972
Data da lavratura: 07/08/2019
Data do pedido de Suspensão: 06/02/2020
Valor original do Auto: R\$ 15.000,00
Valor com exigibilidade suspensa: R\$ 10.500,00

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a



disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de destruir 3,47ha de vegetação natural do bioma catinga em área de preservação permanente – APP, sem autorização do órgão ambiental competente e desmatar a corte raso 14,93ha de vegetação natural do bioma catinga, fora da reserva legal, sem autorização do órgão competente.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD, no prazo 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do presente termo, devendo iniciar a executar após aprovação da autoridade celebrante.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 10.500,00** (dez mil e quinhentos reais), parcelado em 06 (seis) prestações mensais.

5.4. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a doar **01 (um) Standard Methods 23ª edição, 3 (três) eletrodo para pHmetro de bancada, 01 (um) cubeta quartzo 50mm, 01 Colorimetro 0,02-2,00/0,1-8,0mg/l, 06 (seis) Pera Pipetadora 3 vias esfera inox, 20 (vinte) Cadinho de Gooch, 2 (dois) fibra de vidro 40-60um, 10 (dez) Béquer 50ml, 10 (dez) Béquer 250ml, 15 (quinze) proveta boca esmerilhada com tampa 50ml, 15 (quinze) proveta boca esmerilhada com tampa 100ml, 04 (quatro) Pipeta 2ml volumétrica e 250g de Granulos de Cádmio tratado com sulfato de cobre; o qual deverá ser entregues em**



até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, na sede deste IMA/AL das 08h às 14h, acompanhada da nota fiscal em nome do COMPROMISSÁRIO.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

- a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;
- b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;
- c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

- a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;
- b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo



extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 06 de fevereiro de 2020.

SEBASTIÃO CRISPIM DOS SANTOS

DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

